

BIGNOTTO, Newton. **O tirano e a cidade.** São Paulo: Discurso, 1998. 186p.

Embora se fale em “origens não-gregas da filosofia grega”, o certo é que, na Política, somos herdeiros do pensamento grego. É lá que encontramos uma teoria para as formas clássicas de governo, resumidas como: governo de *um* (monarquia) governo de *alguns* (aristocracia) e governo de *muitos* (democracia, segundo Platão e *politia*, segundo Aristóteles). Foram Platão e Aristóteles que apontaram a existência de governos que não respeitam a lei ou que governam segundo seus próprios interesses. Entre essas formas degeneradas, situa-se a tirania, originária, segundo Platão da *democracia* (o excesso de liberdade daria lugar a uma forma de governo fundada na violência, na licenciosidade e na dissolução da liberdade) e, segundo Aristóteles, da *monarquia* (o bem público para o qual deve se dirigir o monarca transforma-se em interesse particular).

Desse modo, a tirania, enquanto fenômeno político, na sua origem, nada tem a ver com o despotismo oriental, que surge das grandes forças imperiais do Oriente. Se, posteriormente, pode-se apontar alguma influência dessa visão no pensamento grego, isso só se dá após as grandes conquistas de Alexandre Magno.

É evidente que o convívio com as formas degeneradas de governo não é fácil. Contudo, é com a tirania que a história do pensamento político mais se preocupou, mesmo porque era, desde a antiguidade, a deformação mais freqüente. Daí a revolta contra o governo injusto, não só para depor o tirano como, se preciso fosse, matá-lo. Resulta disso a diferença estabelecida entre alguns autores, sob o ponto de vista ético.

co-político, entre *tiranicídio* (resultado de uma rebelião legítima) e *regicídio* (conseqüência de uma rebelião criminosa). A explicação de tal diferença é simples: O reinado seria a boa forma de monarquia e a tirania, a má forma, sem regime definido de sucessão e ausência de normas reguladoras da ação do governante, causando, com isso, acentuada instabilidade na cidade.

O termo *tyranicidium* passou a integrar o vocabulário latino desde a antigüidade tardia, o que nos remete a uma idéia pouco favorável à tolerância da tirania no Ocidente cristão. S. Agostinho lembra a deposição de Tarquínio, o Soberbo, sétimo e último rei de Roma (morto em 494 a. C.) e a eventual ressurreição dessa tirania por seus filhos, estabelecendo o governo consular (*De civ. Dei*, V, 12, 1-2). Tomás de Aquino vê na tirania não só uma forma de governo injusto, estabelecido pela força e direcionado à opressão do povo, como ressalta a complexidade da deposição tirano. Recorre, para isso, à história da velhinha de Siracusa. Como todos desejassem a morte de Dionísio, ela rezava continuamente para que ele ficasse incólume e sobrevivesse a ela. Sabedor disso, Dionísio a chamou. Interrogada, recebeu a surpreendente resposta: "Quando eu era menina, como tivéssemos pesado tirano, desejava a morte dele; morto esse, sucedeu-lhe outro algo mais rude, cujo fim de dominação eu tinha por grande bem. E começamos a ter um governo mais intolerável, que és tu. Portanto, se fores derrubado, sucederá um pior no teu lugar" (*De regno*, VI, 18 - tradução de Carlos Artur R. do Nascimento).

Contudo, há que lembrar, como adverte o autor, na *Apresentação*, que "o aparecimento da tirania na Grécia coincidiu em grande medida com a descoberta da própria razão, o que nos conduziu desde cedo a pensá-la como seu outro, ou como a encarnação do negativo que a destrói, quando deixa o terreno das idéias, para se tornar uma força atuante no cotidiano dos homens" (p. 9).

Newton Bignotto, autor da obra ora resenhada, é professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais, com Doutorado em Paris, França (École des Hautes Études en Sciences Sociales) sob a direção de Claude Lefort, é mais conhecido pelos seus estudos em Maquiavel, sobre quem baseou sua tese de Doutorado (*Maquiavel republicano*. São Paulo: Loyola, 1981, 228 p.).

O livro começa pela "invenção" (palavra do autor) da tirania, ressaltando que "a tirania, assim como a democracia é uma invenção grega". E observa, valorativamente: "(...) invenção cuja radicalidade e originalidade afetaram de maneira decisiva a história política do Ocidente e criaram um campo de significações dentro do qual, até hoje, é-nos possível formular um bom número de questões pertinentes à nossa vida política" (p. 13). O autor reconhece que é muito pouco provável ter o conceito guardado a mesma significação e a suficiente clareza ao longo de tantos séculos. Por isso, fixa suas considerações iniciais na cultura grega, valorizando (ou supervalorizando) a contribuição de Tucídides.

Optando pelo termo "invenção", certamente caminha próximo do pensamento dos mestres do Centro de Pes-

quisas sobras as Sociedades Antigas, de Paris. E, nessa linha de pensamento, não seria contraditório se, em vez de **O tirano e a cidade**, tivesse escolhido, como título, **A invenção da tirania**. *Inventar*, do latim *invenire*, tem o sentido de “vir em ou sobre” “chegar até”, “encontrar”, acepção muito próxima do verbo grego *heuriskein* (descobrir, encontrar). Só sob o ponto de vista retórico é que adquire o sentido de “ter a faculdade da invenção”, no sentido de “imaginar”. A preocupação é apontar a tirania como um novo poder (por isso mesmo, sem forma definida de sucessão, sem transição, escolha, designação ou eleição prévias). O tirano é considerado aquele *que chega de repente à frente de um povo* ou, mais especificamente, *à porta*, estabelecendo a ligação com as raízes etimológicas (*tyrannos* vem de *thyra*, porta, especialmente referindo-se à porta do palácio).

Chama-nos a atenção para a distinção entre o tirano trágico e o tirano clássico. O primeiro surge como personagem das tragédias que, diga-se de passagem, tinham um grande alcance político. Não é sem razão que Platão acusa os autores trágicos de serem arautos da tirania (Cf. o final do livro VIII da **República**). Analisa a tirania sofocleana de Édipo e sua passagem de “tirano-usurpador” a “vítima do destino legitimada no poder”. O segundo é identificado no retrato que o período clássico do pensamento grego faz do tirano ou, mais especificamente, o contorno traçado pela crítica platônica (nas **Leis** e nos seus textos médios) e aristotélica (a comparação com o poder régio em geral). Evidentemente, são abordadas as diferenças de

pensamento entre os dois autores. Entre essas diferenças, ressalta Bignotto: “No primeiro (Platão) temos a preocupação com os traços ideais, com os extremos de sua realização. O tirano do nono livro da **República** não é um governante qualquer do tempo de Platão, mas um paradigma da vida política; ele indica a forma final da coincidência entre os desejos mais baixos dos homens e a posse do poder. Já em Aristóteles, a tirania é analisada a partir de suas realizações concretas, de casos conhecidos, que mereceram em seu tempo a condenação dos homens, mas que guardavam marcas de suas origens diversas e da multiplicidade de fatores eu entraram em sua formação” (p. 148). E lembra uma das principais críticas que Aristóteles faz a seu mestre: a de ter colocado a tirania como o último regime no ciclo das constituições (p. 156).

A última parte é dedicada à possibilidade de se educar o tirano ou, conforme a explicação do autor: “Nosso problema é (...) o de saber se é possível à filosofia educar um tirano e, assim, apontar os caminhos para o retorno da tirania às trilhas da criação do regime ideal” (p. 156). Para tal, Bignotto recorre a Platão (atendo-se às experiências do filósofo na Sicília, conforme o relato das *Carta VII e Carta VIII*) e a Xenofonte, através do estudo de seu diálogo **Hieron** ou **Da Tirania**, considerado o único o texto da antigüidade no qual um tirano aparece efetivamente no poder, deixando de ser apenas uma figura virtual. E, principalmente, é o texto no qual o tirano é posto frente à frente com as exigências do discurso da filosofia. É de extrema importância, no estudo de Xe-

nofonte, segundo o autor, a obra de Leo Strauss, *On tyranny. An interpretation of Xenophon's Hieron*, que é usado na sua versão francesa, *De la tyrannie*. Paris: Gallimard, 1954.

O livro, como adverte o autor, não pretende ser uma história da tirania (nem mesmo na Grécia Antiga, embora seja ali o *locus* privilegiado de suas con-

siderações) nem uma história do conceito de tirania, sob o ponto de vista da filosofia política. É uma espécie de “re-memoração”, para usar uma expressão hegeliana, reapropriando de um passado histórico vivido para ensejar uma reflexão presente. Acreditamos estar nisso o grande mérito da obra em apreço.

Paulo de Góes